

Governo vence ação sobre uso da máquina

TSE decide, por unanimidade, arquivar denúncia contra FHC e dois ministros

BRASÍLIA — O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ino- centou ontem à noite, por unanimidade, o presidente Fernando Henrique Cardoso da acusação de cometer abuso econômico e político para obter votos favoráveis à sua reeleição na convenção que o PMDB realizou em 8 de março. Os processos contra o presidente, contra o ministro dos Transporte, Eliseu Padilha, e o ex-ministro da Justiça Íris Rezende foram arquivados pela Justiça Eleitoral.

O secretário-geral do PSDB, deputado Arthur Virgílio Neto (AM), comunicou o resultado ao presidente, por telefone, assim

que acabou o julgamento. Virgílio disse que os ministros do TSE “fizeram justiça”.

“A decisão já era esperada”, frisou o deputado. “Nada é mais eloquente do que a ausência, na sessão, dos parlamentares que fizeram a acusação.”

Para o deputado, esses parlamentares “avaliaram mal a lei e encenaram a peça pior ainda”.

O resultado, de fato, parecia provável desde a audição das testemunhas pelo corregedor-geral eleitoral, ministro Nilson Naves. Todas elas, inclusive o ex-presidente Itamar Franco (PMDB), limitaram-se a dizer que souberam da compra de votos na convenção pelos jornais.

O corregedor, em seu voto, referiu-se a cada uma das acusações e às investigações que cada uma delas mereceu. Sua conclusão sobre todas elas foi a de que não havia indícios suficientes para declarar a inelegibilidade do presidente, requerida pela acusação.

Ao mesmo tempo, Naves rejeitou o pedido do advogado de Fernando Henrique, Antonio Vilas Boas, de considerar deputados e senadores ilegítimos para propor representa-

ções na Justiça Eleitoral. Foi acompanhado nesse ponto pela metade dos ministros. O presidente do TSE, ministro Ilmar Galvão, desempatou a votação, apoiando o voto do corregedor. (R.C.)

CONVENÇÃO DO PMDB DEU ORIGEM AO PROCESSO